

Produção, consumo e comércio nas Vilas do Rei

Production, consumption and trade in the Villages of the King

Thiago Alves Dias¹

RESUMO: A historiografia econômica colonial do Rio Grande do Norte privilegiou o estudo e as narrativas acerca da pecuária e, quando muito, da produção de farinha e algodão. Todavia, de acordo com a análise dos mais variados mapas de produção, consumo e exportação aqui apresentados, outra realidade se configura. Sendo assim, o objetivo desse texto é analisar, em linhas gerais, a variedade de produtos e gêneros, produzidos, consumidos e exportados pela Capitania do Rio Grande do Norte, a partir da documentação das vilas litorâneas e sertanejas existentes na Capitania, a partir de 1760 a c.1827.

PALAVRAS-CHAVE: Capitania do Rio Grande do Norte, vilas, produção, comércio, exportação.

ABSTRACT: The economic history of colonial Rio Grande do Norte has privileged the study and narratives about the livestock and, if anything, the production of flour and cotton. However, according to analysis of various maps of production, consumption and export herein, another set reality. Thus, the aim of this paper is to analyze, in general, the variety of genres and products produced, consumed and exported by the Captainty of Rio Grande do Norte, from the documentation of existing hinterland and coastal villages in the Province, from 1760 to about 1827.

KEYWORDS: Captainty of Rio Grande do Norte, villages, production, trade, export

Ao chegar na Capitania do Rio Grande do Norte, em Natal, no ano 1810, o viajante inglês Henry Koster (2002, p. 89) assim descreveu a cidade: “chegando um estrangeiro em Natal teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque, se, lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias?”.

Vivendo em Pernambuco em meio aos canaviais e engenhos, construções lusitanas e batavas, prédios e pavimentações urbanas que condiziam com a condição de sede do governo das Capitânicas do norte do Estado do Brasil, esse viajante iniciou seu percurso em busca da Paraíba, que, assim como Pernambuco, desenvolveu-se de forma considerável mediante o sucesso econômico que representou a cana de açúcar a essas Capitânicas, diferentemente da Capitania do Rio Grande do Norte onde a produção açucareira manteve-se mais em função de uma economia de subsistência e mercado regional, do que de exportação.

¹ Doutorando em História, Universidade de São Paulo (USP). Bolsista CAPES. thiago.dias@usp.br

O viajante foi enfático e não deixou de frisar que o título de cidade atribuído a Natal “não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha ser no futuro”. Fundada em 1619 e reedificada em 1694 devido às destruições provocadas pelos holandeses, a Igreja Matriz é para o viajante o motivo que levou à formação da cidade “aos arredores da Igreja” (KOSTER, 2002, p. 89). A cidade até então, segundo Koster, não era calçada e contava com 600 ou 800 habitantes.

As observações realizadas por Koster são ressalvas de um viajante europeu, típico daqueles séculos, interessado em vislumbrar o Novo Mundo. Possivelmente, o número de habitantes, ao qual ele faz referência, deve de ser somente dos homens brancos participantes do comércio e das milícias.

Na segunda metade do século XVIII, o crescimento dos núcleos urbanos costeiros esteve ligado às atividades portuárias, aumentando dia a dia o número daqueles voltados ao trabalho artesanal; à expansão das atividades administrativas que requeriam cada vez mais magistrados e oficiais; e ao comércio varejista e atacadista. Nesse sentido, nas proximidades de Natal, instalaram-se – timidamente a princípio e depois ganhando força e presença – os representantes metropolitanos e do sistema mercantil europeu em expansão na Capitania do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, muitos foram os problemas vivenciados pela cidade de Natal e as regiões litorâneas devido a esse aumento populacional, como, por exemplo, nas atividades de produção para a subsistência e para o abastecimento, que aumentavam ou diminuía conforme o dinamismo do poder público ou das situações diversas vividas pela população, assim como fatores climáticos.

Levando em consideração a extensão do mercado consumidor e sabendo que a rede urbana era bem modesta e limitada às funções que a ela competiam, partimos dos estudos de Caio Prado Jr. acerca da agricultura de subsistência e Maria Yedda Linhares sobre as limitações do abastecimento dos setores urbanos¹.

Algumas formulações de Caio Prado Jr. acerca do tema em questão ainda nos é bastante atual quando partimos do entendimento que agricultura de subsistência é aquela que se destina

ao consumo e à manutenção da própria colônia, complexificando a relação ao apontar para uma produção de estruturas agrárias variadas, em que os produtos da grande lavoura de exportação, em medidas diferentes, também são de subsistência.

Avançando e renovando as proposituras de Caio Prado Jr., Maria Yedda Linhares defende que as dificuldades de abastecimento dos setores urbanos crescentes têm raízes fincadas num conjunto de fatores ligados à economia colonial praticada, tais como: a larga influência do poder dos proprietários rurais; o trabalho escravo; a pequenez do trabalho livre; a extrema precariedade das vias de comunicação e transportes terrestres/marítimos. O que, em grande medida, é atendido pela variação das estruturas agrárias e agrícolas que vão se delineando ao decorrer, sobretudo, do século XVIII, como a produção sertaneja cada vez mais expressiva, por exemplo.

A expansão colonial para o sertão permite-nos fazer considerações acerca dessa espacialidade enquanto espaço econômico, aqui problematizado. Durante os séculos XVI e XVII, período em que a colonização procurava consolidar o povoamento da costa com seus engenhos e lucrativo comércio, o sertão representou – tanto para os colonos quanto para a própria Coroa – vastidões imensas de terras pouco ou nada povoadas e repletas de riquezas a serem descobertas.

O ‘sertão’ setecentista, por outro lado, denotará – não opostamente, mas diferentemente – espaços já não tão ermos e vastos como se pensava anteriormente. Esse sertão precisava ser definitivamente povoado, consolidando, no interior da América portuguesa, a colonização para além das terras do Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, o conceito de sertão será aplicado para denotar uma espacialidade de datação tópica (o sertão da Capitania do Rio Grande do Norte) e cronológica (o século XVIII, mais especificamente, a partir de sua segunda metade), levando em consideração dois aspectos: o processo de ocupação e efetiva colonização desses espaços e as relações econômicas ali desenvolvidas.

No que tange ao primeiro aspecto, podemos inferir que – mesmo amplas, de difícil acesso e com contingente populacional inexpressivo, bem ou mal – as vastidões sertanejas foram ocupadas e em toda parte estabeleceu-se a cultura metropolitana. Foram homens que,

dizimando e escravizando populações indígenas ou perseguindo o sonho do ouro copioso, empurraram para o oeste a fronteira do Brasil delimitada em Tordesilhas. Contribui para tanto a marcha lenta e irreversível das boiadas, efetivada à custa da expulsão, para longe, do nativo que nem sempre se mostrava cordial ao ver as terras em que vivia invadidas e ocupadas por gente estranha e não raro violenta, sendo que no século XVIII esse quadro já estava consumado. Sendo assim, ao “lado de semelhanças e diferenças do binômio litoral/sertão [...] não é possível ignorar o esforço do Estado para integrar – mesmo em benefício próprio – ambas as realidades num único padrão” (ARAÚJO, 2000, p. 83) e por mais que seja difícil administrar regiões distantes dos centros de poder, a metrópole procurava, por toda parte, criar condições de controle da capacidade produtiva e normativa para sua colônia na América.

Desse modo, mesmo estando afastado dos núcleos administrativos metropolitanos e possuindo características naturais próprias, o sertão logo foi incorporado ao projeto colonizador português e dotado de relevância econômica para a metrópole, tanto que, nesse texto, podemos perceber a consolidação dessa dinâmica colonizadora através da formação de espaços econômicos no litoral e no sertão.

Utilizaremos, enquanto fontes, mapas de produção e exportação das vilas litorâneas e sertanejas aqui tratadas. Os mapas das vilas e paróquias foram produzidos entre os anos de 1809 e 1811, apresentando produtos, quantidades, quanto foi consumo e exportação de quase todas as vilas (selecionadas para a presente pesquisa), pertencentes atualmente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Embora os mapas individuais de cada vila apresentem a produtividade mercantil das mesmas, somente a partir do “Mapa geral da Importação, Produção, Consumo, Exportação, o que ficou em ser, da População, Casamentos, Nascimentos e Mortes na Capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812 e 1813”², pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), que esse estudo ganhou sua feição final.

Consta no referido mapa geral que a Capitania do Rio Grande do Norte produziu, consumiu e exportou (entre os anos de 1811 a 1813), 34 produtos diferentes, os quais foram por nós divididos em criações, extrações, plantações e pescados. Pela extensão da lista e,

consequentemente, pesquisa realizada, não tratamos aqui de todos os 34 produtos.³ No grupo convencionado como criações, discutimos a produção, consumo e exportação de bezerras e bezerras, bois e vacas, cabras e ovelhas, cavalos e éguas, poldros e poldras, cordeiros e cabritos, couros salgados, couros miúdo curtido, manteiga, queijos e sola; no da extração, tratamos da almeica, cocos secos, gravatá, gomas e resinas, sal e semente de mamona; já na categoria das plantações, examinamos os produtos como aguardente, açúcar branco, açúcar mascavo, rapaduras, mel de cana, farinha e goma de mandioca, feijão, arroz, milho, algodão e panos de algodão; por fim, no grupo pescado, fazemos menção aos peixes secos e tartarugas.

A população da Capitania, à época de feitura do mapa, alcançava a marca de 50.452 habitantes, sendo de pouco menos de 28% o percentual da população composto de mulheres e homens brancos; os 72% restantes da população compunham-se de pretos, mulatos e índios, de condição livre e cativa. O Rio Grande do Norte era uma Capitania de braços índios e negros.

De acordo com o próprio mapa, durante os anos de 1811 e 1813, a Capitania havia produzido um valor equivalente a 247:269\$640 réis em produtos, consumidos nesses anos e parte deles permanecida como excedente para o comércio local na cifra de 137:673\$380 réis, sendo exportado para Pernambuco um montante igual a 109:596\$260 réis. Importante frisar que a menção a exportação é na verdade a relação de escoamento de produção para o porto de Recife, situação essa análoga em toda a região colonial do norte do Estado do Brasil, já que a capitania do Rio Grande do Norte não realiza comércio direto com o Reino (DIAS, 2012).

Frente a essa aproximação da realidade socioeconômica da Capitania do Rio Grande do Norte, podemos afirmar que, entre a segunda metade do século XVIII e o início XIX, configurou-se na Capitania uma larga produtividade econômica mercantil e de subsistência, ensejada por homens e mulheres que, na sua grande maioria, eram mestiços de índios e negros e, em menor medida, também de brancos.

Passemos à análise dos produtos produzidos, consumidos e exportados pela Capitania.

Criações

Gaspar de Samperes (1607), Diogo Campos Moreno (1609), Ambrósio Fernandes Brandão (1618), Frei Vicente de Salvado (1627). Muitos foram os cronistas que, nos primeiros anos da colonização, encetaram o discurso das terras do gado para a Capitania do Rio Grande. Terras boas para o gado de todas as sortes: *vacum*, *cabrum*, *ovelhum*, *muares*. Conhecedores da terra ou mesmo meros reprodutores dos conhecimentos ditos oficiais, de certa forma, esses cronistas estavam corretos. Foi o gado, ao seu passo ou no tanger do aboio e no chicote do tangerino, que avançou as fronteiras. O gado, ele próprio, é em si um produtor de espaços, de espacialidades. Movendo-se de um lado para o outro, comendo as ervas e a relva, pisando a terra e multiplicando-se, ele foi capaz de transformar territórios em espaços econômicos.

As experiências lusitanas com o gado – implementado em outros espaços coloniais do Império português, tais como as ilhas das Canárias, Madeira e Cabo Verde – tinham aclimatado-o aos trópicos. No entanto, o incremento sistemático desse produto, na recém explorada América portuguesa do século XVII, operou mudanças significativas quanto a questões territoriais para o estabelecimento desse plantel e o extermínio as populações nativas, em decorrência do uso dessas terras.

De acordo com o estudo de Ana Cláudia de Souza (2007, p. 42), sobre as sesmarias concedidas na Ribeira do Apodi durante todo o século XVIII, das 125 cartas encontradas e analisadas: 66% foram solicitadas para a criação de gado; 14,5% para criar gados e plantar lavouras; 5% exclusivamente para lavouras; em 14,5% o destino não foi declarado. Na junção de terras solicitadas para gado e lavoura, podemos concluir que, durante o século XVIII, das sesmarias reivindicadas na Ribeira do Apodi, quase 86% de toda a terra foram solicitados para a pecuária e para lavoura de subsistência e mercantil.

Fato semelhante ocorreu na Ribeira do Assú, na segunda metade do século XVIII. Das 37 cartas de sesmarias – analisadas por Dênison Barbosa (2007, p. 48) – solicitadas para a dita região, no período de 1750 a 1800, 54% foram para criar gados, 22% criar gados e plantar lavouras, 3% exclusivamente para plantar lavouras, 5% para plantar, criar gados e para pescarias e em 16% o destino não fora declarado. Na conexão de terras solicitadas para gado e lavoura, inferimos que, durante a segunda metade do século XVIII, das sesmarias reivindicadas na

Ribeira do Assú, 84% de toda a terra foram requisitados para a pecuária e para lavoura de subsistência e mercantil.

Na Ribeira do Seridó, essa mesma realidade também pode ser percebida. Das 230 cartas de sesmarias – analisadas por Muirakytan Macêdo (2007, p.72) – solicitadas na Ribeira do Seridó (depois jurisdição da Vila do Príncipe), entre 1679 a 1811, 60,4% foram solicitadas para criar gados, 5,7% para criar gados e plantar lavouras, 3,5% para plantar lavouras e as demais para povoação e uso não declarados. Na junção de terras solicitadas para gado e lavoura, a história se repete; concluímos que, durante o século XVIII, das sesmarias reivindicadas naquela região, quase 70% de toda a terra foram reivindicados para a pecuária e para lavoura de subsistência e mercantil.

As assertivas de Muirakytan Macêdo, sobre esses deslocamentos da população colonial na Ribeira do Seridó, podem ser generalizadas para a todo o sertão da Capitania, já que esses homem e mulheres, “movidos pela abertura de fronteiras que possibilitaram a animação do mercado interno com a comercialização do gado”, deram início a um grande reordenamento demográfico, catastrófico, em grande medida, para os indígenas, mas rico de novos reordenamentos sociais. “Afinal, a despeito do índice deficitário de mulheres, famílias coloniais foram transplantadas ou germinaram na sementeira das novas terras dedicadas à criação do gado” (MACÊDO, 2007, p. 34).

O gado foi se alastrando nas paragens sertanejas e multiplicando-se em proporções cada vez maiores, durante todo o período colonial. Força motriz, leite, manteiga, queijo, carne, couro, gordura animal. Muitas foram as aplicabilidades do gado e sua utilização, tanto no cotidiano da subsistência (no âmbito da alimentação, vestuário e utensílios domésticos) como nos circuitos mercantis coloniais internos e de exportação.

Da atividade criatória, junto ao gado e a vaca, foram criados, consumidos e comercializados na Capitania do Rio Grande do Norte, bezerras e bezerras, cordeiros e cabritos, cabras e ovelhas, cavalos e éguas, poldros e poldras.

A partir da análise dos dados sobre a produção criatória entre 1811 a 1813, é possível realizarmos algumas conclusões. Bois e vacas foram os animais de maior exportação,

perfazendo um total de 48% da produção destinada aos portos de Pernambuco, embora seu consumo e comércio na Capitania representassem os demais 52% de toda a produção. Nos mapas de produção e exportação, consultados para essa pesquisa, não encontramos menção à produção e exportação de bois pela cidade e as vilas litorâneas, fato contrário às vilas sertanejas. Em 1807, só a Vila de Portalegre – contando com os espaços institucionais de sua jurisdição, ou seja, as várzeas de Pau dos Ferros e Apodi – havia exportado para Pernambuco 4.200 cabeças de boi.⁴ Em 1811, a Vila da Princesa (Assú), exportou 2.060 cabeças de bois também para Pernambuco.⁵

Já os bezerros e bezerras, ou seja, gado entre o nascimento e mais ou menos um ano de idade, não possuíam comércio fora da Capitania, tendo em vista que esses animais serviam para movimentar a produção interna do gado. Os fazendeiros ou mesmo aqueles que se dispusessem à atividade criatória compravam os bezerros e bezerras para criarem – seja para a engorda e venda da carne ou para a força motriz e os produtos derivados de tais animais em fase adulta. Fato curioso é que, embora na área litorânea não houvesse incidência de grande atividade criatória do gado, nela criava-se bezerros e consumia-os. Provavelmente, à medida que o animal crescia, ele fosse levado para o sertão ou mesmo abatido.

Na Vila de Arez em 1810, registrou-se a criação de 97 bezerros e bezerras, sendo a produção consumida totalmente na região.⁶ Já na Vila de Extremoz em 1811, essa atividade criatória chegou a 1.313 cabeças⁷, enquanto que em Vila Flor, em 1810, foram criados e consumidos localmente 443 bezerros⁸. Na Cidade do Natal também em 1810, esse número chegou à marca de 101.000 cabeças de bezerros e bezerras.⁹

Dos bois e das vacas, além da venda do animal em si, a Capitania produzia e exportava couros salgados e sola. Foram produzidas, nesses anos, 16.687 peças de couros salgados, das quais 25% foram exportadas. Os couros salgados foram amplamente produzidos e exportados na Vila da Princesa e Várzeas do Apodi, Vila de Portalegre. Quanto à sola – couro mais rígido e comumente utilizado para a fabricação de calçados –, foram produzidas 9.175 peças e exportados 49% da produção¹⁰. Nas Várzeas de Pau dos Ferros, Vila de Portalegre, em 1810,

foram exportadas 100.000 peças de solas¹¹ para Aracati no Seará Grande; enquanto que na Vila da Princesa, foram 110.000 solas¹² seguindo o mesmo destino.

As vacas leiteiras também incrementaram e movimentaram a economia da Capitania. Ao mesmo tempo em que em se vendiam bois, vacas e couros, também se produziam, consumiam e exportavam queijos e manteiga. Entre os anos de 1811 e 1813, a Capitania produziu 865 arrobas de manteiga, exportando 17% da produção total. Assim como a manteiga, nos mesmos anos foram produzidos 2.131 centos de queijos, dos quais 82% foram exportados, ou seja, 175.100 peças de queijo. Da Vila de Portalegre, juntamente com as Várzeas de Apodi e Pau dos Ferros, foram exportados para os portos de Aracati e Pernambuco, em 1810, 51.600 peças de queijo. Em 1811, a Vila da Princesa exportou 10.000 peças de queijo¹³.

O menor número de animais exportados foram as cabras e ovelhas, sendo 99% de toda a produção consumida ou permanecida para o consumo e comércio interno. De acordo com Olavo de Medeiros Filho (1983, p. 22), “a carne desses animais era largamente consumida nas fazendas, aproveitando-se também o leite das cabras na alimentação infantil e de pessoas enfermas, e no fabrico dos queijos de coalho”. O leite de cabra até hoje, de acordo com os saberes populares, é mais forte do que o leite bovino. Como se não bastassem essas vantagens, “os caprinos possuem incrível capacidade de sobrevivência, atravessando os anos de seca com um mínimo de alimentação disponível”.

Dos caprinos se comercializava o couro, chamado de couro miúdo. Entre 1811 e 1813, a Capitania produziu 21.896 peças de couro miúdo, sendo exportado mais de 70% de toda a produção. Olavo de Medeiros Filho (1983, p. 23) afirma que, em 1802, os couros miúdos constituíam gêneros de exportação na Ribeira do Seridó, ao preço unitário, variável, entre \$160 e \$320. Embora permanecesse na Capitania a carne e o leite das cabras, os couros desses animais seguiram os caminhos mercantis a partir dos portos de Pernambuco.

Assim como as crias dos bois e das vacas, os filhotes das cabras e ovelhas, ou seja, os cordeiros e cabritos, não tinham valor comercial como produto de exportação, esperava-se, dessa forma, que o animal chegasse à fase adulta e tornar-se um animal rentável, tanto por sua carne e leite como por seu couro.

Éguas e cavalos também foram animais de criatório importantes às práticas mercantis coloniais, sejam como animais de tração ou montaria. Com selas de couro ou não, esses animais foram importantes para transpor distâncias e conduzir cargas, sendo referência no comércio ambulante das tropas e tropeiros nos mais variados rincões da América portuguesa. Entre 1811 a 1813, a Capitania produziu 509 cavalos e éguas, sendo 44% exportados para Pernambuco. Assim como os demais animais em idade tenra, os poldros e as poldras tiveram pouca rentabilidade enquanto produto de exportação, sendo produzidos nesses mesmos anos, 2.707 animais e exportados menos de 0,5 % de toda a produção.

Se por um lado, os caminhos do gado produziram rotas mercantis e ligações entre os diferentes pontos da América portuguesa, por outro, a constituição das fazendas promoveram a formação e consolidação de extensas porções de terras voltadas às atividades criatórias. Os produtos advindos dessa atividade produtiva colocaram a Capitania do Rio Grande do Norte em lugar de destaque nos circuitos mercantis coloniais, sejam eles dentro da própria colônia ou nos circuitos além-mar.

Extração

Entre os anos de 1811 a 1813, a Capitania do Rio Grande do Norte produziu 376 arrobas de Almecica, sendo 41% destinada ao consumo já nesses anos, 39% ficando na Capitania para o comércio e consumo local e 20% sendo exportados para Pernambuco.

O viajante inglês Henry Koster (2002, p. 737), em suas viagens pelas Capitânicas do norte do Estado do Brasil, chama a atenção para a árvore almecegueira, que chega a atingir, às vezes, grandes alturas. “Da sua casca escorre um sumo resinoso, insolúvel na água [...]. Os indígenas colhem consideráveis quantidades dessa goma, vendendo-a de \$20 a \$40 réis por libra”. O cronista enumera variados usos que a almecica possui: medicinais quando aplicado à testa em forma de emplasto ou para aliviar dores de dente; doméstico quando utilizado para a fabricação de velas e para incensar ambientes; e de uso relevante às práticas mercantis quando aplicado à calefação de canoas, roda-água de engenhos de açúcar etc. Koster ainda comenta que a goma é conhecida por suas formas de benefício e utilização. Sendo alva e limpa “chamam-na almécega

cozida, porque os indígenas que a colhem fazem-na ferver no propósito de retirar-lhe as impurezas, e fazem pães de 16 a 20 libras de peso”. Já a almécega crua, quando dissolvida, “pode ser usada na composição de alguns tipos de vernizes” (KOSTER, 2002, p. 737).

A almeica foi relevante às práticas mercantis coloniais da Capitania quando serviu tanto de produto para consumo e exportação como sua própria aplicabilidade que possibilitou a impermeabilização de canoas e barcos para os pescados, engrenagens e peças dos engenhos, assim como as próprias moradias, casas de engenho e estabelecimento das fazendas que eram, na maioria das vezes, de taipa.

Variados tipos de resinas arbóreas, gomas e ceras também foram extraídas e comercializadas na Capitania do Rio Grande do Norte. Entre 1811 a 1813, a Capitania produziu 31 arrobas de gomas e resinas, exportando 23% e consumido e disponibilizando ao comércio local os demais 77% da produção. Assim como a almeica, essas gomas e resinas de extração vegetal ou de produção animal, no caso das colmeias de abelhas, serviam para a impermeabilização, fabricação de velas, lubrificantes e fins farmacêuticos.

Em 1810 as várzeas do Apodi e Pau dos Ferros, espaços de instância municipal da Vila de Portalegre, e a própria sede da vila, produziram juntas 151 arrobas de cera da terra proveniente das folhas da carnaúba e de abelha, exportando mais da metade da produção para os portos de Pernambuco e Aracati.¹⁴ Na Vila da Princesa e os espaços de sua jurisdição em toda a Ribeira do Assú, a produção de ceras de carnaúba e cera amarela, provavelmente das colmeias de abelha, alcançou, em 1809, a soma de 24 arrobas, sendo que em 1811 esse número diminuiu para 16 arrobas de cera da terra.¹⁵ Nas vilas litorâneas, encontramos menção à produção e consumo, mas pouca exportação, dada a quantidade diminuta de produção em relação às demais vilas sertanejas. Em 1811, na Vila de Extremoz, foram exportadas oito arrobas de cera amarela, enquanto toda a rezina produzida foi consumida pela população local. Em Vila Flor, as oito arrobas de cera preta produzidas são mesmas oito arrobas de cera da terra que foram consumidas na vila em 1811.¹⁶

O sal marinho destinou-se à exploração mercantil na Capitania do Rio Grande do Norte, desde os primeiros anos da colonização. Ele ascendeu a produto de maior produção, consumo

e exportação da Capitania dentre os produtos calculados em alqueires, no início do século XIX; embora o sal também tenha sido um dos primeiros produtos, existentes na colônia, a sofrer o monopólio real de comércio – iniciado em 1658 e somente extinto em 1801.

No intuito de constituir diversos monopólios régios, promover o desenvolvimento mercantil da metrópole e proteger a economia já existente em Portugal, a Coroa frequentemente transferia monopólios de comércio na colônia a particulares, através de arrendamentos sob a forma de contrato. Tendo como base a proteção das salinas lusitanas de Setúbal, Alverca e Figueira (GOUVÊA, 2001, p. 406-407), o monopólio do sal se estendeu durante quase todo o período colonial, no entanto, isso não impediu o desenvolvimento econômico desse produto na Capitania enquanto produto de exportação.

Os rumos econômicos, que as Capitanias do Norte do Estado do Brasil acabaram tomando com o decorrer do século XVIII, colocaram o sal numa situação privilegiada dentre os circuitos mercantis coloniais. Com probabilidades de auferir maiores lucros de venda com a carne-seca – depois chamada de carne do Ceará –, os fazendeiros, que possuíam sesmarias nas imediações de terras salineiras, passaram a abater o gado e vender sua carne já cortada e salgada, de preço muito mais elevado do que a fresca e de menores possibilidades de prejuízo do que vendendo o gado vivo – os animais andavam léguas para chegar aos pontos de venda, emagrecendo e sujeitos à morte; além disso, os fazendeiros arcavam com os custos de tangerinos e vaqueiros para a condução do gado. Aliado a isso, o mercado do couro exigia o sal para a desidratação das peles dos bois e fabricação do peixe seco.

Com ou sem estanco, não foi somente no mercado intracolonial que os agentes mercantis fizeram circular o sal da Capitania do Rio Grande do Norte. Levando em consideração os mapas de produção, importação e exportação selecionados para esse estudo, a Capitania produzia, no início do século XIX, 35.026 alqueires de sal por ano, destinando 11.565 para o consumo (33%), ficando à disposição do comércio 3.264 (9%) e destinando à exportação 20.197 alqueires de sal, perfazendo um total de 58% da produção total.¹⁷ De acordo com dados colhidos pelo Capitão-Mor José Inácio Borges em 1817, a Capitania exportava anualmente, pelo menos, 20 sumacas de sal.¹⁸ Embora as informações apresentadas sejam pós estanque do sal e

afirmem que a Capitania só tinha comércio com o porto de Pernambuco, a análise de outros conjuntos documentais mostram outra realidade.

De acordo com o *Livro de Notas da Câmara da Vila de Aracati de Registros dos Barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802*¹⁹, é possível visualizarmos a movimentação dos barcos oriundos da Capitania do Rio Grande do Norte, que levavam sal para algumas localidades da colônia. Seguiram dos portos de Assú e Águas Mares (atualmente Guamaré), cargas de sal para Pernambuco e Alagoas, passando pelo Porto de Aracati. Embora contrariando o estanco do sal, funcionários régios permitiram o fluxo dessa mercadoria, como é o caso da embarcação Nossa Senhora da Conceição e São Francisco de Paula, oriunda de Águas Mares e aportada em Aracati em novembro de 1797, acompanhada de um despacho de uma autoridade da Capitania. Ou mesmo como o Capitão-Mor das Ordenanças Pedro Pereira da Costa, morador do Assú e proprietário da sumaca chamada Bom Jesus dos Navegantes, que enviou através de terceiros uma embarcação de sal a Pernambuco em 1797. Provavelmente, o Capitão-Mor temia ser flagrado em condução do sal exportado das oficinas do Assú, já que ele além de ser um oficial das ordenanças, era um agente mercantil importante, como atesta o imposto pago por sua pessoa para o Benefício do Banco do Brasil em 1813.²⁰

Podemos presumir também que não foram somente embarcações da própria Capitania que, carregadas de sal, seguiram para portos variados, como é o caso da embarcação Nossa Senhora dos Anjos, oriunda de Pernambuco. Ela passou pelas salinas de Mossoró, carregou-a de sal, aportou em Aracati em 1798, carregou-a de ‘efeitos da terra’, ou seja, produtos ou mantimentos de Aracati, e seguiu de volta para Pernambuco.

Nas narrativas mercantis de Aires de Casal, não passou despercebido essa movimentação comercial do sal na Capitania. De acordo com o cronista, em 1817 a Vila Nova da Princesa, atualmente Assú, “é bem situada na margem esquerda do Rio Piranhas [...], onde chegam iates, é a mais considerável, populosa e comerciante da parte ocidental”, tendo em vista que “seus habitantes criam gados e cultivam os mesmos objetos que os da capital. As salinas ocupam muita gente, e seu produto faz um considerável ramo de comércio” (CASAL, 1976, p. 280-281). As observações de Aires de Casal confirmam as análises documentais realizadas

anteriormente: as salinas e a produção do sal como consideráveis ramos de comércio. Aplicado à pecuária e seus derivados como couro, queijos e manteiga; aos pescados e à salga e conservação dos peixes; e mesmo na alimentação diária, o sal movimentou a economia colonial da Capitania do Rio Grande do Norte muito mais do que o açúcar.

Diante de uma discussão historiográfica do século XX, que privilegiou o litoral do Estado do Brasil como a ‘menina dos olhos’ da Coroa por sua produção açucareira, a Capitania do Rio Grande do Norte movimentou a economia interna da colônia com o sal. Doçuras a parte, o travar do sal, quando comido isoladamente, transformou-se em riquezas e possibilidade de ascensão social para os agentes mercantis da Capitania.

Plantações

Muito embora as expectativas metropolitanas fossem que todo o litoral norte do Estado do Brasil produzisse arrobas e arrobas, caixas e caixas de açúcar em quantidade tão vultosas como fizeram Pernambuco e Paraíba, o afã lusitano pelo ‘ouro doce’ não se concretizou nas terras da Capitania do Rio Grande do Norte.

De acordo com as informações coligidas, somente a aguardente não figura entre os produtos derivados da cana de açúcar e exportados para os portos de Pernambuco entre 1811 a 1813. É possível que a aguardente não esteja relacionada como pauta de exportação pela proibição imposta pela Coroa em benefício da venda e consumo da aguardente produzida no reino. De qualquer forma, açúcares – branco e mascavo, mel e rapaduras –, produzidos na Capitania do Rio Grande do Norte, seguiram para os portos de Pernambuco e de lá para outras regiões do mundo.

De todos os produtos derivados da cana de açúcar, os mais consumidos pela população local, em termos proporcionais, foram o açúcar mascavo e a rapadura, atingindo ambos 70% do valor total produzido. Já o produto menos consumido localmente e o segundo mais exportado, proporcional ao valor total de produção, foi o açúcar branco. Mais refinado e de preparo mais elaborado e, portanto, mais caro, o açúcar branco foi produto de exportação, ao contrário da rapadura e o mascavo; estes, de preparo mais rudimentar e preço mais baixo, foram consumidos

pela maior parte da população da Capitania, sendo disponibilizado inclusive para as regiões sertanejas.

O produto mais exportado, proporcionalmente, foi o mel ou melaço. Líquido pastoso de cor escura e adocicado, ainda é utilizado para fins farmacêuticos e culinários. Sua capacidade de armazenamento e transporte exigia maiores dispêndios, como recipientes para líquidos, e, portanto, é possível que o fato de 28% da produção total ser exportada, seja o público atendido em outras Capitanias com tal produto, que deveria ser mais caro.

Para o consumo local, destinaram-se, em maiores proporções, as rapaduras ou mesmo a açúcar mascavo. Transportados em caixas ou sacos, eram mais fáceis de transporem as distâncias sertanejas de estradas, muitas vezes, nem carroçáveis, do que o mel que poderia com o tempo e o clima sertanejo, açucararem com facilidade, ou seja, cristalizar e perder suas propriedades de textura, cor e cheiro.

A produtividade dos derivados da cana de açúcar nos engenhos e engenhocas estava relacionada tanto com a capacidade produtiva das terras e máquinas utilizadas, como das técnicas empregadas na produção de artigos diferenciados, como o açúcar branco e o mascavo, ou mesmo o ponto de fervura e esfriamento do mel e da rapadura, por exemplo. Henry Koster (2002, p.533) afirmava, em 1810, que “um engenho de açúcar é, sem dúvida, umas das mais difíceis espécies de propriedades para ser convenientemente dirigida”. Isso porque a atividade exigia um numeroso pessoal empregado de diversas profissões e a troca ininterrupta de ocupações, que davam ao proprietário, ou ao seu feitor, “constantes motivos para exercer, inumeráveis oportunidades para efetivar sua atividade”. Era necessário também que na propriedade houvesse “todos os operários indispensáveis ao funcionamento da indústria regular, tais como carpinteiro, ferreiro, marceneiro, oleiro e outros”. A partir da descrição do cronista, percebemos que além de funcionários especializados, também eram necessários objetos próprios ao funcionamento de um engenho de açúcar.

No primeiro dos onze volumes da obra *O Fazendeiro do Brasil*, compilado pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso e impresso em 1798, publicou-se um estudo acerca da produção açucareira setecentista na Jamaica. De acordo com o autor do texto, a empreitada da produção

do açúcar exigia grandes dispêndios, “posto que qualquer engenho de açúcar trabalhado por água, vento ou animais, seja uma invenção simples, contudo precisa-se de grande força para fazer vencer a resistência que se encontra na moagem”. A máquina destinada à moagem da cana, ou seja, as moendas constavam, principalmente, “de três cilindros ou rolos de madeira, chapeados de ferro, direitos ou erguidos perpendicularmente, paralelos uns aos outros”, sendo que no do meio era “aplicada a força motriz”, fazendo rodar as outras moendas ou tambores por meio de rodas dentadas” (VELOSO, 1798, p. 35-37).

Depois de moída a cana, “o suco, ou caldo das canas, que resulta dessa moagem, cai e é recebido num vaso de chumbo, donde se conduz a outro chamado coche”. O que sobra da cana, o bagaço, serve para se queimar ao invés de lenha por baixo das caldeiras e dos alambiques. Essa garapa contém, comumente, “oito partes de água pura, uma de açúcar, e uma de óleo crasso e goma mucilaginosa com uma porção de óleo essencial”. Já a garapa segue desse recipiente de metal para a casa das caldeiras ou casa de purgar, “por meio de uma bica ou canal de pau, forrado de chumbo. Nessa casa se lança em uma das tachas ou caldeirões de cobre, que se chamam clarificadores. Deste há comumente três”, sendo que suas dimensões são geralmente determinadas pela produtividade do engenho (VELOSO, 1798, p. 38-40).

Não é nossa intenção demonstrar, passo a passo, como funcionava um engenho açucareiro setecentista. No entanto, gostaríamos de evidenciar alguns aspectos desse processo importante para a discussão aqui tratada. Ao seguir o caldo para a casa de purgar, realizaram tratamentos diferenciados – o tempo de cozimento, os incrementos adicionados, o processo de secagem e a destilação – que determinarão o tipo de produto que será originado dessa garapa. Serão necessários, para tanto, grades de madeira, travessas, barricas, vasos de barro, formas, alambiques, tanques, tonéis de barro e um sem-número de outros mecanismos, móveis e imóveis construídos e fabricados por pedreiros, marceneiros, caldeireiros e oleiros.

Como foi constatado na documentação pesquisada, todos os oficiais, que o cronista Henry Koster julgava necessários a um engenho, existiam na região canavieira litorânea da Capitania do Rio Grande do Norte²¹. Embora os dados tenham sido publicados em 1827, eles refletem à mão de obra especialidade da Capitania no início do século XIX, sobretudo, se levarmos em

consideração que esses mestres, oficiais e aprendizes foram se especializando ainda no período colonial.

Embora não houvesse um número significativo de ferreiros na Vila de Arez, essa cifra é expressiva na de São José. Necessários à fabricação e manutenção das peças de ferro – como prensa, caldeiras, tachos etc. –, havia na região 18 ferreiros entre mestres, oficiais e aprendizes. Já os únicos três caldeireiros existentes na região (e na Capitania como um todo) estavam situados em Arez, área que congregava Tamatanduba e era fronteira com o engenho de Cunhaú, da jurisdição de Vila Flor. Tão especializado como o ferreiro, o caldeireiro é próprio da indústria açucareira para a produção de caldeiras e tachos, assim como o seu manuseio. A quantidade de carpinteiros existentes na região perfazia 63% da quantidade total de carpinteiros de toda a Capitania, sendo que a Vila de São José possuía o maior número desses oficiais.

Além dos 20 oleiros existentes na região e, provavelmente, empregados na fabricação de peças de barro necessário aos engenhos, só havia mais quatro oficiais oleiros em toda a Capitania e também estavam situados na região litorânea.

Terras de massapê e oficiais especializados tornaram a região sul de Natal um espaço econômico colonial relevante aos circuitos mercantis internos. Apesar de a produção parecer pequena diante da produção das vizinhas Paraíba e Pernambuco, ela foi significativa se focalizarmos a relação intracolonial e a produção e consumo da própria Capitania. Assim como o sal que sofreu o monopólio reinol, a aguardente foi cerceada pela política mercantil reinol, tornando a economia canavieira, na Capitania do Rio Grande do Norte, uma economia tipicamente colonial.

Durante o processo de colonização portuguesa no Novo Mundo, a lavoura da mandioca para a produção da farinha e goma foi intensificada. Nativa dessas terras e de aproveitamento dos indígenas, a farinha de mandioca acabou tornando-se um dos elementos básicos da alimentação colonial. Nas Capitanias do Norte, por mais variada que fosse ou até rica que pudesse ser a cozinha, o trivial dos moradores do litoral ao sertão reunia-se num pequeno número de gêneros. Entre eles, o principal era a farinha de mandioca, o ‘pão do Brasil’, como afirmou o viajante inglês Henry Koster em 1810. Rico em calorias e de cultivo menos penoso,

comparado à produção açucareira ou aos cuidados que requeriam outros tipos de lavouras, a farinha de mandioca esteve presente “nas mesas dos ricos, como nas dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam na falta de pratos” (BARICKMAN, 2003, p. 90-96).

Apesar das insuficientes pesquisas realizadas no campo da alimentação e produção de alimentos na Capitania do Rio Grande do Norte, tudo nos leva a crer que o arroz, o milho e o feijão eram, sem dúvidas, amplamente consumidos, no entanto, tinham um papel secundário na alimentação cotidiana diante do consumo da farinha de mandioca, como já apontado por Caio Prado. De acordo com Câmara Cascudo (1980, p. 78), “a farinha foi o produto inicial e sempre há citações holandesas e portuguesas [...]. A Capitania era região de gado e mandioca”.

Uma troca de cartas entre o Governo Geral de Pernambuco e a Câmara de Natal, com produção de cópias para as demais vilas da Capitania do Rio Grande do Norte em 1782, demonstra a relevância econômica e de subsistência que a farinha de mandioca representou durante o período colonial.

No dia 5 de fevereiro de 1782, o Governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, selava três extensos documentos a serem enviadas ao Senado da Câmara de Natal, os quais chegaram à Capitania somente um mês depois. Apenas um dos documentos havia sido escrito naquele ano de 1782, os demais eram cópias de outros produzidos em momentos e lugares distintos, no entanto, todos tinham uma mesma preocupação: o cultivo da mandioca e a produção da farinha.

O primeiro documento era uma carta escrita pelo próprio Governador e emitida diretamente para a Capitania do Rio Grande do Norte, que deveria ser reproduzida para todas as vilas da Capitania. O segundo era uma cópia de uma carta enviada pela Câmara de Igarauçu, Capitania de Pernambuco, para o Governador de Pernambuco em 1781. O terceiro e último documento era a cópia de um extenso Alvará publicado em Lisboa em 1701.

O Governador comunicava, na primeira carta, que as decisões e diretrizes estabelecidas nela foram tomadas em decorrência da representação feita ao Governo de Pernambuco, pela Câmara de Igarauçu, sobre “o decadente estado” em que se achava “reduzida a cultura das zonas de mandioca, merecendo estas a principal aplicação, como origem do alimento de primeira

necessidade, qual é neste país a farinha, resolve estender às demais Capitânicas de sua jurisdição, as ordens estabelecidas sobre o caso.²²

Na segunda carta, enviada ao Governo de Pernambuco pela Câmara de Igarçu em 19 de janeiro de 1781, os camaristas do Senado da Câmara de Igarçu relatam “a grande falta que nos consta [...] da farinha que o estamos experimentando pelo preço que já logram de 800 réis”. Um dos motivos para o exorbitante preço da farinha nessa vila é o fato de que a farinha, em sua grande maioria, vinha de outras localidades muito distantes, pois “a maior parte dos roceiros se voltaram a lavradores de canas com a ambição do preço que está logrando o açúcar ainda aqueles que não têm a necessária fábrica para este mândio”. Além disso, “o restante dos povos que viviam daquela agricultura se entregaram à plantação do algodão, esquecendo-se quase todos dos mais importantes gêneros quais sejam da farinha”. Soma-se a tudo isso o fato de que os antigos produtores não ampliaram as áreas de cultivo da mandioca, além da “separação que se tem feito das gomas que usam dos mesmos fabricantes tirar das ditas farinhas”.²³

Por toda essa situação vivida pela falta de farinha, os camaristas do Senado de Igarçu resolveram “mandar lavras editais para se fixarem em nossos termos recomendando muito a lembrança que devem ter os moradores dele da plantação das roças tão necessários no nosso país”, solicitando ainda que as demais lavouras, como a do algodão, fossem conciliadas, pedindo também apoio ao Governo de Pernambuco pelas decisões tomadas.

Compartilhando das decisões e preocupações dos camaristas de Igarçu, o Governador Geral de Pernambuco resolveu estender as diretrizes tomadas por eles para as Capitânicas e Câmaras de sua jurisdição. Na carta escrita por influência da carta da Vila de Igarçu, o Governador afirmou que as medidas tomadas foram “para evitar os progressos destes danos e as perniciosas consequências que ele ameaça continuar-se no indolente descuido, que até agora tem havido” em relação ao plantio de mandioca, culpando “tanto das partes das Câmaras, como dos corregedores das comarcas em um artigo de tanta importância”. Declarou ter analisado o caso da Vila de Igarçu e das outras vilas de sua jurisdição e resolveu que “todo Lavrador que não tiver para cima de três escravos, pode empregar-se em outra cultura que não seja de roças de mandiocas”, da mesma forma serão os “Senhores de Engenhos, lavradores de cana e tabaco

que tiverem terras capazes para isso”, para que plantassem “tantas covas de mandioca em número que comodamente possa cada um com a terceira parte dos rendimentos dela, sustentar a sua família e a fábrica de suas fazendas, e as duas partes destinem para vender ao povo”.²⁴

O Governador também ordenou que o Senado da Câmara de Natal e demais vilas da Capitania praticassem as sobreditas disposições. A carta ditava não somente os processos de cultivo da mandioca, como também da fabricação da farinha para uma maior produtividade da mesma, tendo em vista que da mandioca também se extraía a goma para a fabricação de tapiocas e bolos. O Governador determinou que a produção da goma não afetasse a produção da farinha, pois se tiravam gomas tanto do processo convencional destinado à fabricação delas, como também da cota parte que deveria originar exclusivamente a farinha. Alertava que “os donos das farinhas que forem achados com semelhantes vícios”, seriam punidos “com todo o rigor das penas estabelecidas pelas posturas desta Câmara ou provimentos do Corregedor da Comarca, ao qual participo agora estas mesmas disposições para fazê-las executar”.²⁵

No terceiro e último documento, embasavam-se os argumentos utilizados pelos camaristas de Igarauçu e pelo Governador de Pernambuco, embora fosse um Alvará datado em, aproximadamente, 80 anos antes do problema discutido por essas instâncias administrativas coloniais. Trata-se do Alvará Régio de 27 de fevereiro de 1701. Amplamente utilizado pela historiografia colonial ao versar sobre a relação da pecuária com a lavoura, empurrando o gado sertão adentro, o Alvará ganha relevância nesse caso por tratar também da questão das lavouras de subsistência, notadamente, da mandioca para a produção de farinha. Não encontramos, nos demais registros da Câmara de Natal, a presença de uma cópia desse Alvará nos anos subsequentes à sua promulgação. Aprovado em fevereiro de 1701 em Lisboa, chegou a Pernambuco em março de 1703 e à Capitania do Rio Grande do Norte em 1782²⁶, quando veio à baila essa problemática.

Embora não consideremos relevante tratar com minúcia esse Alvará²⁷, acreditamos que algumas assertivas a respeito da produção da farinha esclarecem a questão a relevância da farinha enquanto alimento e produção mercantil dos circuitos coloniais. De acordo com o Alvará, a decisão de sua promulgação devia-se ao fato da produção de farinha da Bahia ser

conduzida para fora da Capitania, ficando esta sem o mantimento. Em 1688, já havia sido promulgado outro Alvará ordenando que os moradores do recôncavo baiano, sendo “dez léguas ao redor dela, fossem compelidos a plantarem cada ano 500 covas de mandiocas por escravos que tiverem de serviço”, incluindo também os que “lavram por Engenho de canas e os que plantam tabaco, e possuem terras para o poder fazer”.²⁸ Todavia, os moradores da Bahia tinham “relaxado esta lei de maneira que não só deixa de plantar o dito número de covas de mandiocas, mas nem ainda a fabricação dos moradores do Recôncavo para sustento de suas famílias donde resulta notável falta deste mantimento”, vendendo o pouco mantimento produzido por preços exorbitantes, obrigando os moradores a procurarem e consumirem farinha de localidades distantes e de preços altos. Diante desse quadro, o Alvará de 1701 reforçou e ampliou alvarás anteriores, além de recrudescer as ordens acerca da plantação de mandioca e fabrico da farinha. Necessitando emitir uma resposta para as diretrizes promulgadas pelo Governador de Pernambuco, a Câmara de Natal produziu dois documentos logo após receber tais cartas: um edital, divulgado e afixado na Cidade do Natal e demais vilas da Capitania, reproduzindo as ordens do Governador acerca da produção da farinha²⁹ e uma carta, ao Governador José Cezar de Menezes, em resposta aos documentos por ele enviados, anunciando as medidas tomadas pela Câmara³⁰; ambas foram produzidas em março de 1782.

Mas nem de longe esses documentos encerram a discussão da farinha enquanto produto central na alimentação e comércio colonial. A produção da farinha, desde muito tempo, foi vigiada e controlada pela Câmara de Natal, sendo que, com a criação das novas vilas na Capitania a partir da segunda metade do século XVIII, a farinha produzida nas demais vilas e sertões provocou querelas jurisdicionais e interconexão entre sertão e litoral, centro e periferia, sede do governo da Capitania e suas demais vilas coloniais.

Ainda no século XVI, encontramos documentos que ordenam aos moradores da Cidade de Natal plantar mandiocas e produzir farinhas, como ocorreu dia 20 de janeiro de 1677, quando, em vereação, os camaristas “decidiram que, na falta de farinha por não haver plantio de mandioca, quem tivesse um escravo ou mais teria que plantar, por peça, mil covas de mandioca em Agosto e Janeiro, multando-se em 10 cruzados quem não o fizesse”.³¹ As

solicitações para o plantio de mandioca, controle na saída desse gênero para fora da Capitania e as punições para quem descumprisse essas diretrizes, foram temas constantes por parte do Senado da Câmara de Natal durante todo o período colonial, sobretudo, em períodos de estiagem. Três mecanismos de fomento à produção de farinha e controle comercial desse produto foram utilizados pela Câmara para garantir o abastecimento constante: vigilância nas roças, vigilância no comércio e solicitações de envio de farinha dos sertões para o litoral.

O algodão foi o primeiro produto desenvolvido na Capitania do Rio Grande do Norte sob a perspectiva da agricultura mercantil de exportação. Durante a segunda metade do século XVIII, o algodão entrou para pauta de produção em larga escala na Capitania, diversificando a produção, consumo, exportação e até importação, tendo em vista o progresso mercantil que representou o algodão no Rio Grande do Norte como um todo.

Litoral e sertão, vilas oriundas de aldeamentos e de não aldeamentos. O algodão foi o conector dos diversos territórios da Capitania que, transformados em espaços coloniais e institucionais, foram transformados em espaços econômicos de grande relevância à economia-mundo e aos desígnios da Coroa portuguesa. O algodão foi capaz de, uma vez por todas, inserir a Capitania nos circuitos mercantis coloniais, demonstrando à economia moderna nascente as possibilidades de adequação das culturas produtivas diante das demandas de ofertas e procura.

Algodão em carroço significa o algodão em forma de capuchos e com os caroços, isto é, assim como foi colhido dos algodoeiros. O algodão em pluma é o chumaço já descarçado: “o algodão passava por uma espécie de prensa, deixando de um lado o caroço”. Técnicas e equipamentos mais rudimentares permitiam “uma produção máxima de quatro arrobas de algodão em pluma, em oito ou dez horas de trabalho”, resultado obtido através da utilização do “engenho de mão de descarçar algodão”. Com o avanço da técnica e do maquinário desenvolvido e empregado na cotonicultura, “as bolandeiras substituíram vantajosamente o engenho manual, permitindo a produção diária de cerca de 240kg de lã”. Tractionadas por bois e começando a faina diária pela madrugada, as traves que se atrelavam ao animal impulsionavam uma grossa correia, “de sola, ligada à polia, a qual fazia girar a serra. O algodão

era jogado na serra, que fazia a separação do caroço do produto bruto, ficando lã” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 37).

As 29.309 arrobas de algodão da Capitania foram exportadas em caroço, sendo que é preciso quatro arrobas em caroço para originar uma arroba em pluma. Dessa forma, saíram nesses anos da Capitania do Rio Grande do Norte 4.564 arrobas de algodão em pluma para a Inglaterra – onde seriam, a partir dessa matéria prima, fabricados tecidos especializados, como linho, bretanha, fustão, morim, riscados, baetas, filós, musselina, cambraia, listante, zuarte, crês e outros tecidos finos que depois seriam comprados pelos habitantes da Capitania do Rio Grande do Norte. Embora não fossem exatamente os trabalhadores, que plantaram o algodão, os consumidores desses tecidos, muitos senhores de terras e algodoais compraram esses tecidos produzidos com o algodão plantado e colhido pelos escravos africanos e índios de suas propriedades.

Sobraram os panos de algodão, produzidos internamente, aos trabalhadores da Capitania que plantaram e colheram o algodão, como escravos e escravas, índios e índias, homens e mulheres brancos, pobres e livres. No início do século XIX, a Capitania produzia 2.794 varas de pano de algodão, sendo que somente 36% destinavam-se à exportação, ficando para o consumo e comércio local 64% de toda a produção. Nesses mesmos anos, as vilas de Portalegre e São José, uma sertaneja e outra litorânea, compraram agulhas, alfinetes, dedais e tesouras para o manejo dos panos e fabricação de roupas para o comércio local (LOPES, 2005, p. 696).

Henry Koster nos deixou um curioso registro acerca da produção algodoeira e dos descaminhos de sua produção frente às taxações e impostos da Junta da Fazenda Real.

Figura 01 – *A cotton carrier*



Fonte: Koster (2002, p. 401). Detalhe da carga do algodão onde aparecem os sinais gráficos contidos na carga

Na gravura *A cotton carrier*, o cronista pretende representar um carregador de algodão seguindo de Olinda a Recife. É possível perceber no desenho que o condutor do cavalo levava a carga do algodão transitando por caminhos aparentemente pouco usuais pela presença da mata fechada. De acordo com Koster, o caminho ou “o meio da trilha” que ele transita de Olinda a Recife “é apertado [não se trata da grande estrada das boiadas] e toda visão é limitada geralmente pelo mato de ambos os lados”. O viajante convida o leitor a observar o desenho, afirmando que nesse caminho – no qual os galhos lhe chibateiam as pernas e os animais – depara-se, indo de Olinda a Recife, com “carregadores com seus cestos e sacos de algodão sobre um cavalo ou mesmo uma dessas carroças empregadas nas plantações” (KOSTER, 2002, p. 340-341).

Em sua narrativa escrita e imagética, o cronista pretende demonstrar as práticas mercantis da região e os caminhos por onde trafegavam a produção algodoeira antes de chegar ao grande porto de Recife. A impressão que nos fica dessas narrativas é de um carregador isolado com uma carga de algodão aparentemente pequena sobre um cavalo, em caminhos solitários. Embora mencione as carroças, a imagem apresenta um cavalo, uma carga e um homem. Observa-se também no desenho duas marcas sobre a carga de algodão: de um lado, dois símbolos parecendo letras; do outro, um símbolo parecendo uma coroa. Esses símbolos

podem estar atrelados à prática de identificação do proprietário do algodão – assim como se utilizavam no gado, as marcas podem indicar a procedência do algodão; já o símbolo da coroa, possivelmente, evidencia que essa carga já havia sido interceptada e auferida pelo Real Erário.

Depreendemos dessa análise que era comum o transporte de pequenas quantidades de algodão, oriunda tanto de grandes fazendas como de pequenas propriedades. Embora por caminhos estreitos e não tão usuais e largos quanto os caminhos do gado, o algodão corria o risco de passar despercebido pelos aferidores e mecanismos de taxaço de impostos sobre a produção do mesmo.

Embora as recentes discussões historiográficas apontem a lavoura algodoeira como a única agricultura mercantil substancial da Capitania do Rio Grande do Norte, percebe-se que outros produtos agrícolas estiveram voltados para a exportação. Produtos da cana de açúcar e da mandioca, feijão, milho, arroz, algodão, em maior ou menor produção, consumo ou exportação, estiveram sempre sendo produzidos – fossem nas pequenas ou grandes extensões territoriais ou para a economia local ou de exportação. A população colonial crescente, a variação das forças produtivas e a consolidação de antigas rotas mercantis (por terra e mar) abriram a possibilidade de ascensão dos espaços econômicos da Capitania do Rio Grande do Norte, através da produção de gêneros alimentícios e matéria prima para o vestuário.

Pesca

Dada a extensão litorânea da Capitania e a presença de quatro vilas – das sete aqui estudadas – no litoral, além da sede do governo, os pescados desempenharam um papel importante na economia colonial. Dois produtos são destaques nos mapas de produção e exportação utilizados nesse estudo: a tartaruga e o peixe.

Quanto às tartarugas, poucos são os estudos encontrados concernentes à utilização desses animais no período colonial. De acordo com Dante Ribeiro da Fonseca, elas eram aproveitadas, pelos nativos, para produção de manteiga; no Amazonas, de acordo com cronistas e viajantes, esses animais eram criados em currais e tanques para engorda, no intuito de alimentar as tribos (FONSECA, 2008, p. 201-208), desde o século XVI. Porém, a produção

desses animais na Capitania do Rio Grande do Norte estava voltada para o aproveitamento do casco da tartaruga (por ser um material rígido e constituído por placas sobrepostas e imbricadas), empregado na produção de utensílios de toucador e adorno, tais como pentes, presilhas, broches e camafeus. Entre 1811 e 1813, foram produzidos 14 arrobas de tartarugas, sendo exportadas 65% para Pernambuco. A produção do casco de tartaruga na Vila de Extremoz, em 1811, foi de três arrobas, as quais seguiram para os portos de Pernambuco.³²

Aparecem na documentação os mais variados tipos de peixe pescados e comercializados na Capitania: salemas, carapenas, tainhas de olho amarelo, tainhas de olho preto, saúnas, curimãs, xaréus, garoupas, agulhas. Além do próprio litoral e rio Potengi e afluentes menores, a documentação menciona lagoas (Guaraíras, Papeba e Papari, por exemplo) como locais de grande movimentação pesqueira. A prática da salga do peixe surgiu pela mesma necessidade que a da carne bovina: armazenamento e facilidade de transporte. Tal como a carne seca, o peixe – salgado e submetido à grande perda de umidade – permitia uma maior durabilidade para consumo, capacidade de condução para longas distâncias e facilidade de armazenamento.

Durante todo o século XVIII, muitos foram os editais, posturas e mandados diversos emitidos pela Câmara para que os agentes mercantis da pesca vendessem ao povo o peixe pescado, não salgasse antes de vendê-lo fresco ao povo e mesmo depois de salgado, fosse oferecido primeiro aos habitantes da Capitania para depois seguir para exportação. Entre 1811 e 1813, a Capitania produziu 461.000 peixes secos, consumindo e permanecendo para o comércio local 40% da produção e exportando para Pernambuco os demais 60%. Na Vila de Extremoz, em 1811, foram produzidos 66 milheiros de peixe seco, exportando mais de 90% da produção para Pernambuco.³³

Os pescados movimentaram a economia colonial da Capitania ao ponto de criar circuitos mercantis intracolonial, ligando as Capitánias vizinhas, notadamente, a de Pernambuco – quando os próprios pescadores viam de outras localidades da Colônia ou quando enviavam suas redes de pesca para essa prática. De uma forma ou de outra, as rotas mercantis gestadas pela pesca tornaram o peixe seco um atrativo econômico relevante para a Capitania, tendo em vista que, além do peixe, disponibilizamos de quantidades vultosas de sal.

As rotas mercantis, os caminhos carroçáveis e as estradas antigas ainda nos inquietam. Tamanha produção assentada nas vilas sertanejas e litorâneas, encetadas por homens e mulheres, brancos, negros, índios e, acima de tudo, mestiços (de condição livre ou cativa), envolvidos seja na criação, ou na extração, ou plantação ou pesca. Variadas atividades mercantis e relações de trabalho. Todos esses aspectos ainda precisam ser mais bem estudados. De qualquer forma, demonstrou-se nesse texto que dinâmicas mercantis eram essas entre litoral, sertão e economia-mundo e quais as dimensões de produtividades dessas localidades na Capitania do Rio Grande do Norte.

A historiografia econômica colonial do Rio Grande do Norte privilegiou o estudo e as narrativas acerca da atividade criatória e a produção de farinha e algodão. Todavia, de acordo com a análise dos variados mapas de produção, consumo e exportação aqui trabalhados, outros desafios historiográficos se impõem. Colocar em perspectivas afirmativas historiográficas, como “o comércio da Capitania não seria grande coisa no período colonial” (SANTOS, 1994, p. 67), faz-se necessário diante daquilo que as novas fontes para história econômica apresentam.

Referências

- ARAÚJO, Emmanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe. O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). *Revisão do paraíso*, Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BARBOSA, Dênison Ricardo da Costa. *Água, terra e gado: a colonização da Ribeira do Assú na segunda metade do século XVIII*. 2007. fls. 66. Monografia (Bacharel em História) – Departamento de História, UFRN, Natal, 2007.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASAL, Aires de. *Corografia Brasilica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Achiamé, 1980.
- DIAS, Thiago A. *Dinâmicas Mercantis Coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. 274 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

_____. O Governo das Anexas: Administração e Economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. In: IV Conferência de Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2012, São Paulo. *Anais... IV Conferência de Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, 2012. v. 01. p. 01-18.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Verbete: Monopólio. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís da Câmara Cascudo. 11. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2002.

LINHARES, M. Y. L. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. *Revista Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

_____. A pecuária e a produção de alimentos na Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LINHARES, M. Y. L.; DA SILVA, Francisco Carlos. História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1917). Brasília: Ministério da Agricultura, Binagri, 1979.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. fls 700. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII)*. 2007. 290 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2007.

MEDEIROS FILHO, Olavo. *Velhos inventários do Seridó*, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1983.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1800. *RBH*, v. 18, nº 36.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (séc. XVI ao XX)*. Natal: Clima, 1994.

SOUZA, Ana Cláudia Bezerra de. *O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII*. 2007. 54 fls. Monografia (Graduação em História) UFRN, Natal, 2007.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil*, melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir ; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspícios e de ordem de sua Alteza Real o Principe do Brazil. Colligido de Memorias estrangeiras. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798.

Artigo recebido em 20 de março de 2013. Aprovado em 23 de maio de 2013.

Notas

¹As linhas interpretativas de ambos os autores são, em alguns aspectos, condordantes e discordantes. No entanto, são estudos balizares para a história da agricultura, agrária e agricula no Brasil. As referências bases para esse estudo advêm das seguintes obras: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. LINHARES, M. Y. L.; DA SILVA, Francisco Carlos. História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1917). Brasília: Ministério da Agricultura, Binagri, 1979. LINHARES, M. Y. Leite. A pecuária e a produção de alimentos na Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colônial*. São Paulo: HUCITEC, 1996. LINHARES, M. Y. L. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. *Revista Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

² BNRJ, I – 32, 10, 5. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. 1811-1826-1834. Mapa geral da Importação, Produção, Consumo, Exportação, o que ficou em ser, da População, Casamentos, Nascimentos e Mortes na Capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812 e 1813. Doc. 12.

³ Para aprofundamento do tema, ver: DIAS, Thiago A. *Dinâmicas Mercantis Coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. 274 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

⁴ IHGRN, Mapa de exportação dos produtos da Paróquia de Pau dos Ferros-1810; Mapa comparativo das produções da Paróquia da Vila de Portalegre...-1810; Mapa da exportação dos produtos da Paróquia das Várzeas do Apodi...-1810, cx. Mapas.

⁵ IHGRN, Mapa da exportação da Paróquia de São João Batista do Assu-1811, cx. Mapas.

⁶ IHGRN, Mapa de produção...Vila de Arez-1810, cx. Mapas.

⁷ IHGRN, Mapa de produção...Vila de Extremoz-1811, cx. Mapas.

⁸ IHGRN, Mapa de produção...Vila Flor-1810, cx. Mapas.

⁹ IHGRN, Mapa de produção...Cidade do Natal-1810, cx. Mapas.

¹⁰ BNRJ, I – 32, 10, 5. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. 1811-1826-1834. Mapa geral da Importação, Produção, Consumo, Exportação, o que ficou em ser, da População, Casamentos, Nascimentos e Mortes na Capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812 e 1813. Doc. 12.

¹¹ IHGRN, Mapa de exportação dos produtos da Paróquia de Pau dos Ferros-1810.

¹² IHGRN, Mapa da exportação da Paróquia de São João Batista do Assú-1811, cx. Mapas.

¹³ IHGRN, Mapa de exportação dos produtos da Paróquia de Pau dos Ferros-1810; Mapa comparativo das produções da Paróquia da Vila de Portalegre...-1810; Mapa da exportação dos produtos da Paróquia das Várzeas do Apodi...-1810; IHGRN, Mapa da exportação da Paróquia de São João Batista do Assú-1811 cx. Mapas.

¹⁴ IHGRN, Mapas comparativos das produções da Paróquia da Vila de Portalegre, Apodi e Pau dos Ferros...1810, cx. Mapas.

¹⁵ IHGRN, Mapas comparativos das produções da Paróquia da Vila de São João Batista e Vila da Princesa...1809 e 1811, cx. Mapas.

¹⁶ IHGRN, Mapas comparativos das produções da Paróquia da Vila de Extremoz e Vila Flor...1810, cx. Mapas

¹⁷ BNRJ, I – 32, 10, 5. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. 1811-1826-1834. Mapa geral da Importação, Produção, Consumo, Exportação, o que ficou em ser, da População, Casamentos, Nascimentos e Mortes na Capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812 e 1813. Doc. 12.

¹⁸ AN, Vice-reinado, cod. fun.: D9, Not.: cx. 761, seq.: CODES.

¹⁹ *Livro de notas da Câmara da Vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802*, nº 23. Acervo particular de Almir Leal. Agradeço a Leonardo Rolin pela gentileza de me dar o acesso a essas informações.

²⁰ IHGRN, Registro do novo imposto para o auxílio do Banco do Brasil, Vila da Princesa do Assú, 1813. Livro que há de servir de recibo dos novos impostos, cx. Impostos (1728-1732).

²¹ BNRJ, I - 32, 10, 5. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. 1811-1826-1834. Mapa dos oficiais de ofícios mecânicos que existem na Capitania do Rio Grande do Norte designado os lugares de seus domicílios. Ano de 1827. Doc. 13

²² IHGRN, RCPSCN, Registro de uma carta do Exmo. Sr. Governador e Capitão General de Pernambuco vindo a este Senado sobre as lavouras de mandioca. Recife, 05 de fevereiro de 1782, cx. 04, lv. 14.

²³ IHGRN, RCPSCN, Registro da cópia da carta da Câmara de Igarauçu de que faz menção o traslado retro, cujo teor é o seguinte, cx. 04, lv. 14.

²⁴ IHGRN, RCPSCN, Registro de uma carta do Exmo. Sr. Governador e Capitão General de Pernambuco vindo a este Senado sobre as lavouras de mandioca. Recife, 05 de fevereiro de 1782, cx. 04, lv. 14.

²⁵ IHGRN, RCPSCN, Registro de uma carta do Exmo. Sr. Governador e Capitão General de Pernambuco vindo a este Senado sobre as lavouras de mandioca. Recife, 05 de fevereiro de 1782, cx. 04, lv. 14.

²⁶ IHGRN, RCPSCN, Registro de um Alvará ou Ordem Régia de que faz menção sobre as lavouras. Lisboa, 27 de fevereiro de 1701, cx. 04, lv. 14.

²⁷ Para maiores informações acerca desse Alvará recomendamos: LINHARES, Maria Yedda. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil.

²⁸ IHGRN, RCPSCN, Registro de um Alvará ou Ordem Régia de que atrás faz menção sobre as lavouras. Lisboa, 27 de fevereiro de 1701, cx. 04, lv. 14.

²⁹ IHGRN, RCPSCN, Registro de um edital que mandou por os Oficiais do Senado da Câmara sobre plantação das roças de mandioca, em virtude da carta de Ilmo. Exmo. Sr. Governador de Pernambuco. Natal, 07 de março de 1782, cx. 04, lv. 14.

³⁰ IHGRN, RCPSCN, Registro da carta que mandaram os oficiais do Senado da Câmara ao Excl. Sr. General em resposta da que outras fica copiada. Natal, 09 de março de 1782, cx. 04, lv. 14.

³¹ IHGRN, LTVSCN, Termo de Vereação de 20 jan. 1677, cx. 03, lv. 1674-1698, fl. 13v-14.

³² IHGRN, Mapa comparativo...Vila de Extremoz, 1811, cx. Mapas.

³³ IHGRN, Mapa comparativo...Vila de Extremoz, 1811, cx. Mapas.